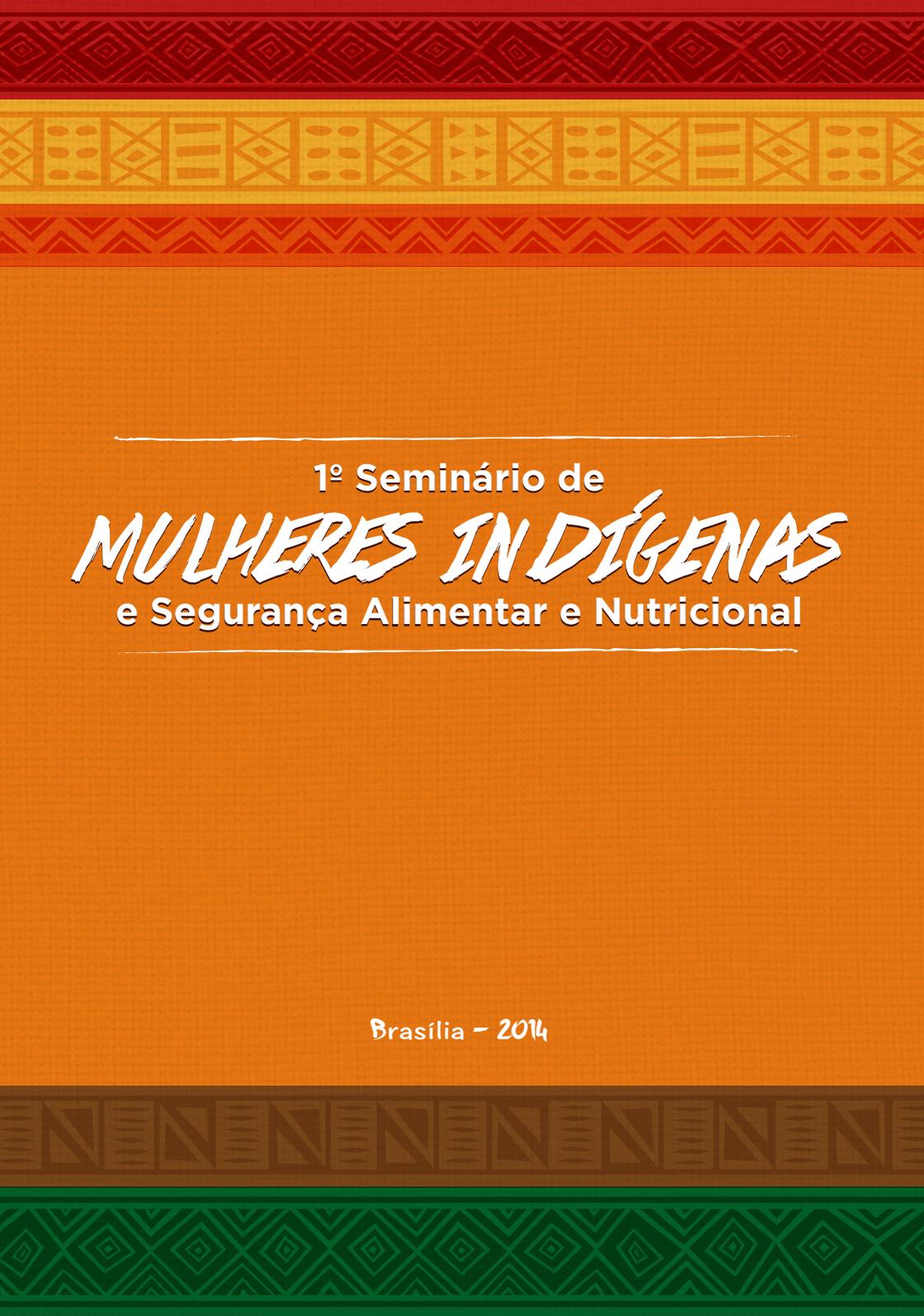


RELATÓRIO

1º Seminário de
MULHERES INDÍGENAS
e Segurança Alimentar e Nutricional



1º Seminário de
MULHERES INDÍGENAS
e Segurança Alimentar e Nutricional

Brasília - 2014

Realização

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea

Presidenta do Consea

Maria Emília Lisboa Pacheco

Conselheiros(as) do Consea**Sociedade Civil - Titulares**

Aldenora Pereira da Silva, Alessandra da Costa Lunas, Allysson Paolinelli, Ana Maria Segall, Anelise Rizzolo de Oliveira Pinheiro, Antonio Ricardo Domingos Edécio Vigna, Edgard Aparecido de Moura, Edno Honorato de Brito, ElsaOliveira.

Suplentes

Alcemi Almeida de Barros, Aldenora Gonzalez, Alexandre Seabra Resende, Carmem Sílvia Fontoura, Carmen Helena Ferreira Foro, Claudina Libera Scapini, Daniel Carvalho de Souza, Eduardo Borges Amaral, Ekaterine

Conselheiros(as) de governo**Titulares**

Aloizio Mercadante, Tereza Campello, Neri Geller, Gilberto Occhi, Miguel Soldatelli Rossetto, José Henrique Paim Fernandes, Guido Mantega, Izabella José de Oliveira, Ideli Salvatti, Luiza Helena de Bairros

Suplentes

Magaly de Carvalho Correa Marques, Arnaldo de Campos, João Marcelo Intini, Paulo Alves Rochel Filho, Onaur Ruano, Albaneide Maria Lima Peixinho, Raimunda Mascena, Maria Marinete Merss, Silvany Euclênio da Silva

Secretaria executiva do Consea

Valéria Torres Amaral Burity - Coordenadora da Secretaria Executiva

Assessoria Técnica

Mirlane Klimach Guimarães
Marina Godoi de Lima

Assessoria Administrativa

Edna Gasparina
Edgar Hermógenes

Assessoria de Comunicação

Michelle Andrade
Patrícia de Sousa

SUMÁRIO

1 Apresentação.....	7
1.1 Objetivos do Seminário.....	11
1.1.1 Objetivo Geral.....	11
1.1.2 Objetivos Específicos.....	12
1.2 Programação.....	12
2 Abertura do 1º Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional.....	19
3 A visão das mulheres indígenas de cada região do Brasil sobre a segurança alimentar e nutricional....	27
4 Relatos das Rodas de Conversa.....	41
5 Carta das mulheres indígenas ao Estado brasileiro.....	55
6 Compromissos do governo federal.....	61
7 Feira de trocas.....	77
8 Sala de Informações.....	85
Anexo I.....	89
Anexo II.....	107





Apresentação

1. APRESENTAÇÃO

Desde a publicação dos resultados do 1º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, em 2010, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) se propôs a realizar um seminário de mulheres indígenas para aprofundar a discussão a respeito das ações de segurança alimentar específicas para esses povos. Os resultados do perfil nutricional-epidemiológico nesse Inquérito mostraram condições de nutrição e saúde preocupantes relacionadas às mudanças recentes no modo de vida dos povos indígenas. Em reunião Plenária do Consea, realizada no dia 1º de julho de 2010, com a participação de representantes de governo e da sociedade civil, foram apresentados e discutidos os dados do relatório final do Inquérito, o qual associa o atual perfil nutricional-epidemiológico dos povos indígenas ao esgotamento de recursos naturais, às restrições territoriais, ao comprometimento das atividades produtivas e à deficiente estrutura



sanitária nas aldeias indígenas. Como resultado, o Consea aprovou a Exposição de Motivos nº 008/2010, com propostas para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional desses povos, com destaque para as mulheres indígenas.

Em 2011, durante a realização da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, cujo tema foi “Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos”, a proposta do Seminário foi reiterada pelos(as) delegados(as) indígenas, em razão da situação de insegurança alimentar e nutricional das mulheres indígenas no Inquérito.

Em 2013 o Consea aprovou e programou o Seminário, e convidou órgãos parceiros e Organizações Não Governamentais para compor a Comissão Organizadora desse encontro. Participaram dessa Comissão a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e a Secretaria de Políticas para Mulheres



(SPM), representantes da Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas (CP6) e da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), representantes da Oxfam e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a articulação do Consea. A conselheira indígena Leticia Luiza, da etnia Yawanawa, representou a Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas do Consea na Comissão Organizadora.

Os critérios da indicação das mulheres indígenas que participaram do Seminário foram discutidos e aprovados pela Comissão Permanente 6. O número de vagas por região foi estabelecido por esses(as) conselheiros(as) em diálogo com os diversos movimentos de mulheres indígenas para a definição de nomes. Em razão do limite no número de vagas e na capacidade financeira para custear o Seminário, decidiu-se priorizar mulheres em áreas de conflito, pajés, caçicas, parteiras e mulheres que participaram do



Encontro “Diálogos com Mulheres Indígenas”, realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), em dezembro de 2012. Esse critério objetivou reunir mulheres com uma liderança política reconhecida, que participam frequentemente de reuniões promovidas por órgãos governamentais, junto com mulheres que são lideranças apenas em suas aldeias, onde permanecem a maior parte do tempo e por isso conhecem bem os problemas enfrentados no dia a dia das comunidades indígenas. As organizações indígenas contatadas, por sua vez, indicaram as mulheres para serem convidadas pelo Consea para o Seminário. Foram contempladas todas as regiões do País, e 80 mulheres indígenas foram convidadas a participar do 1º Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional, das quais 60 compareceram.

A metodologia utilizada no Seminário foi construída pela Comissão Organizadora, que



buscou priorizar o diálogo entre todas as participantes, mulheres indígenas e órgãos de governo, com espaços para apresentações e para debates, como também para esclarecimento e informação a respeito dos programas de governo relacionados à segurança alimentar e nutricional, visando a um processo participativo na elaboração das demandas encaminhadas a diversos órgãos de governo. Os produtos desse Seminário foram a Carta das Mulheres Indígenas ao Estado Brasileiro e este Relatório do 1º Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional.

1.1 OBJETIVOS DO SEMINÁRIO

1.1.1 Objetivo Geral:

Promover o diálogo entre as mulheres indígenas sobre saberes e práticas alimentares, de forma a subsidiar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) no monitoramento das ações de segurança alimentar e nutricional do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) 2012/2015.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- ◆ Fortalecer o papel das mulheres indígenas na promoção do bem viver, considerando a diversidade e a especificidade dos povos;
- ◆ Refletir sobre as práticas alimentares dos povos indígenas, considerando fatores climáticos, ambientais, territoriais, sociais, políticos e culturais; e
- ◆ Estabelecer processo de escuta das mulheres indígenas pelos órgãos de governo para a qualificação de ações específicas para os povos indígenas nas esferas municipal, estadual e federal, considerando o Plansan 2012/2015.

1.2 PROGRAMAÇÃO

11.11.2013

Noite

- ◆ Chegada e acolhimento das participantes.
- ◆ Reunião preparatória, exclusivamente entre as mulheres indígenas, para o debate e mobilização sobre o tema.



12.11.2013

Manhã

- ◆ Momento cultural: canto e dança.
- ◆ Apresentação geral das participantes.
- ◆ Apresentação da Programação do Seminário.
- ◆ Mesa de diálogos sobre o protagonismo da mulher indígena na segurança alimentar e nutricional.

Tarde

- ◆ Rodas de conversa em pequenos grupos.
- ◆ Apresentação da relatoria das rodas de conversa.
- ◆ Sistematização dos relatos das rodas de conversa.

Noite

- ◆ Feira de trocas entre as mulheres indígenas.
- ◆ Elaboração da Carta do Seminário.



13.11.2013

Manhã

- ◆ Leitura, discussão e aprovação da minuta da Carta das Mulheres Indígenas ao Estado Brasileiro.
- ◆ Diálogo com o governo.

Tarde

- ◆ Ato de entrega da Carta das Mulheres Indígenas ao Estado Brasileiro às autoridades do Governo Federal.







2

**Abertura do 1º Seminário de
Mulheres Indígenas e Segurança
Alimentar e Nutricional**



2. ABERTURA DO 1º SEMINÁRIO DE MULHERES INDÍGENAS E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Seminário começou com um momento cultural. As participantes, indígenas e não indígenas, fizeram um grande círculo. Algumas indígenas estavam com seus chocalhos e puxaram cânticos e toadas, enquanto as demais acompanhavam na dança. As mulheres indígenas que quiseram se expressar com o canto foram se alternando, em clima de descontração e respeito. Elas falaram da importância do encontro e de seu anseio de que os debates fossem produtivos.

Logo após a dança, a conselheira nacional Letícia Luiza, da etnia Yawanawa, deu as boas-vindas às mulheres indígenas. Agradeceu o empenho dos representantes dos órgãos de governo que organizaram o evento e das agências que disponibilizaram recursos para a



realização do Seminário. Pediu que as mulheres indígenas aproveitassem o tempo para discutir, propor e encaminhar questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional, mas, sobretudo, que não se esquecessem de repassar as informações compartilhadas no Seminário para as mulheres que ficaram em suas comunidades e não puderam participar.

Na sequência, representando o PNUD, Juliana Venceslau ressaltou os avanços do Brasil na concretização dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, em comparação aos outros países do mundo, em virtude das políticas de enfrentamento da fome e da mortalidade infantil, bem como de promoção dos direitos da mulher. Por outro lado, destacou que esse avanço ocorre de forma desigual entre as regiões e parcelas da população brasileira. Os povos indígenas são uma parte da população que não têm se beneficiado desse avanço. Ao mesmo tempo, enfatizou que as mulheres são as principais responsáveis pela produção de



alimentos e que deveriam ser priorizadas na implementação das políticas e programas de segurança alimentar e nutricional. Diante disso, encerrou sua fala considerando o Seminário uma iniciativa extremamente positiva e oportuna para se refletir sobre a necessidade de aprimoramento das ações voltadas especificamente para mulheres indígenas.

O representante da Oxfam, Simon Ticehurst, informou que a organização participa do Consea como observadora e acompanha as discussões sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil há muitos anos. Afirmou que a participação da sociedade civil organizada no desenho e na definição de políticas públicas é um selo distintivo da democracia brasileira, algo que deveria ser aprendido em outros países. Destacou, porém, que o Brasil ainda é um dos países com a maior desigualdade social no mundo e que os povos indígenas vivem uma situação ainda pior que a população não indígena. Mesmo que existam



políticas públicas inovadoras, identificou que as mulheres, em geral, têm grande dificuldade para acessar essas políticas e que o acesso às políticas públicas para as mulheres indígenas e rurais é ainda mais difícil. Então, manifestou a expectativa de que o Seminário possa gerar compromissos por parte das autoridades e do governo para aprimorar as políticas públicas e consolidar os avanços no campo da segurança alimentar e nutricional especificamente para as mulheres indígenas.







3

A visão das mulheres
indígenas de cada região
do Brasil sobre a segurança
alimentar e nutricional



3. A VISÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DE CADA REGIÃO DO BRASIL SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

No dia 12 de novembro de 2013, as mulheres, indicadas pelas organizações indígenas de cada região do Brasil fizeram uma exposição sobre as mudanças ocorridas na situação alimentar em seus territórios. A mesa foi coordenada pela presidenta do Consea, Maria Emília Lisboa Pacheco, que apresentou às participantes o funcionamento e a atuação do Consea no campo dos direitos dos povos indígenas, a importância do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com destaque para a sua Diretriz 4, voltada especificamente para povos indígenas e comunidades tradicionais, e exemplos de propostas da Comissão Permanente de Povos Indígenas do Consea que foram aprovadas em Plenária e encaminhadas à Presidência da República e para a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).



Em suas apresentações, as mulheres enfatizaram, sobretudo, a necessidade de fortalecer a soberania alimentar dos povos indígenas. Apesar das particularidades que foram relatadas para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, todas demonstraram, em suas falas, enfrentar mudanças alimentares relacionadas à diminuição do espaço territorial ou à degradação ambiental. Houve, também, a reflexão de que as mulheres indígenas precisam fomentar uma discussão entre si e em suas comunidades a respeito dos alimentos industrializados, pois percebem que doenças como obesidade, hipertensão e câncer estão associadas ao consumo de certos alimentos produzidos fora das aldeias, que hoje são rotineiramente utilizados pelas famílias indígenas.

Para abrir a discussão sobre segurança alimentar e nutricional, Maria Emília Lisboa Pacheco ressaltou que as mulheres indígenas são as protagonistas, em suas comunidades,



das práticas culturais envolvidas na segurança alimentar. São elas que plantam e preparam a comida, como também são elas as responsáveis pelo cuidado das crianças pequenas. Também destacou o papel da conselheira Letícia Luiza no planejamento e na realização do Seminário. No marco das atividades de assessoramento à Presidência da República, ressaltou o compromisso político e histórico do Consea de defender a causa indígena e que, por isso, pleiteia-se a inclusão do Ministério da Justiça como mais um membro do Conselho entre os 19 Ministérios atualmente representados, a fim de formalizar a participação da Funai, que já tem contribuído ativamente com as discussões do Consea. Sobre os antecedentes da discussão de questões indígenas no âmbito do Consea, informou que essas questões eram debatidas em todas as Comissões do Consea em seus primeiros anos de criação, mas que, em razão da demanda dos(as) conselheiros(as) indígenas, foi criada a Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos



Indígenas, que passou a concentrar os debates e dar mais visibilidade ao tema. Informou, ainda, que existem na gestão 2012/2013 do Consea quatro vagas para povos indígenas: Leticia Luiza, representando a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Mario Karaí, representando a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul); Dourado Tapeba, representando a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime); e Silvio Ortiz, representando o Conselho Aty Guasu Guarani-Kaiowa. Dentre as várias propostas encaminhadas pela Comissão de Povos Indígenas do Consea, destacou a de fortalecer as práticas alimentares culturais e o resgate de sementes tradicionais, relacionadas diretamente ao protagonismo das mulheres.

Iranilde Barbosa dos Santos, da etnia Macuxi, representando o Norte do País, ressaltou que cada povo tem seu jeito de preparar a comida e fazer suas refeições e que, por isso, a partilha



desse conhecimento é fundamental. Falou sobre as mudanças na alimentação, com a introdução de alimentos industrializados e refrigerantes nas comunidades indígenas. Apesar de alguns povos ainda manterem suas práticas alimentares tradicionais, é mais comum encontrar nas aldeias alimentos comprados em mercados, especialmente em razão da falta de acesso aos seus territórios e recursos naturais. Ela defendeu que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) direcionado às mulheres pode ser uma boa alternativa para evitar o consumo de alimentos industrializados, pois o Programa fomenta a produção de alimentos de acordo com sua cultura e biodiversidade territorial, promovendo, assim, uma alimentação mais saudável nas aldeias.

Maria da Conceição Feitosa, da etnia Pitaguary, representando o Nordeste, apresentou o Projeto Terra, Território e Segurança Alimentar, desenvolvido pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste,



Minas Gerais e Espírito Santo. Explicou que o objetivo inicial do Projeto era o de facilitar a fixação dos Tumbalalá, Tupinambá, Tabajara e Kanindé em seus territórios na região do semiárido nordestino. O Projeto apoia o cultivo de hortaliças e criação de pequenos animais. Quanto às dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas no Nordeste, destacou o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os requisitos exigidos para a obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Ela lembrou também que a distribuição de cestas de alimentos no Nordeste é a ação que garante a subsistência de muitas famílias indígenas. Contudo, a entrega dos alimentos costuma causar transtornos nas comunidades. Por essa razão, propôs a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNAGATI) de modo a permitir que a produção seja pensada de acordo com as especificidades de cada realidade, visando



também recuperar as variedades de cultivo que estão se perdendo por falta de território e de apoio para o plantio.

Léia Aquino, da etnia Kaiowá, representando a região Centro-Oeste, orientou sua fala para a grave situação no Mato Grosso do Sul, onde grande parte das famílias não consegue produzir seus alimentos por falta de acesso à terra e dos conflitos fundiários com os fazendeiros da região. Como resultado, muitas famílias preparam a comida com os produtos que compram no comércio local. Com isso, as crianças e os jovens deixam de conhecer a alimentação tradicional, restando somente o conteúdo da história que aprendem na escola. Ela relatou que, em sua aldeia, a escola não consegue oferecer os alimentos de base cultural na merenda escolar e chamou atenção para o fato de que, nas terras em litígio, como é o caso do local em que mora, as políticas públicas não chegam em razão da situação da irregularidade fundiária.



Sandra Regina, da etnia Tapuia, representando o Sudeste brasileiro, destacou a situação de sobreposição de 27 terras indígenas com parques estaduais que são Unidades de Conservação de Proteção Integral criados pelo governo estadual de São Paulo. Essas comunidades são impedidas de caçar ou coletar, porque suas atividades são consideradas como ação de degradação ambiental. Ela salientou, contudo, que são as comunidades indígenas que protegem o parque da depredação de não indígenas. Sandra comentou, também, da iniciativa de melhoria da merenda escolar na aldeia em que mora. Até recentemente, era oferecida uma merenda à base de enlatados. As lideranças fizeram um trabalho de conscientização dos pais e mães das crianças e planejaram, em conjunto, a atuação da Associação de Pais e Mestres para alterar essa situação. Atualmente, usam recursos da Associação para comprar alimentos mais adequados, como mandioca, peixe e frutas.



Brasília Freitas, da etnia Kaingang, representando o Sul, lembrou que há muitas diferenças entre as regiões, pois alguns povos indígenas vivem em terras demarcadas, enquanto muitos outros estão acampados e sem condições de produzir seu alimento. Comentou também que os povos indígenas no Rio Grande do Sul não têm acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos. Por isso, defendeu a importância de programas emergenciais e de transferência de renda nesses casos. Para as comunidades indígenas com acesso à terra, propôs que recebam recursos para apoiar a produção de roças e que recebam uma remuneração maior pelos alimentos vendidos do que os produtos convencionais, pois são produtos agroecológicos.

Ao longo do debate, as mulheres indígenas demonstraram sua preocupação de estarem comendo alimentos com agrotóxicos e transgênicos. Constatou-se entre as mulheres que o uso de transgênicos está ligado à



diminuição das variedades de sementes tradicionais. Foi consensual entre elas a necessidade de que essas sementes tradicionais sejam multiplicadas, pois são patrimônio da biodiversidade no Brasil.

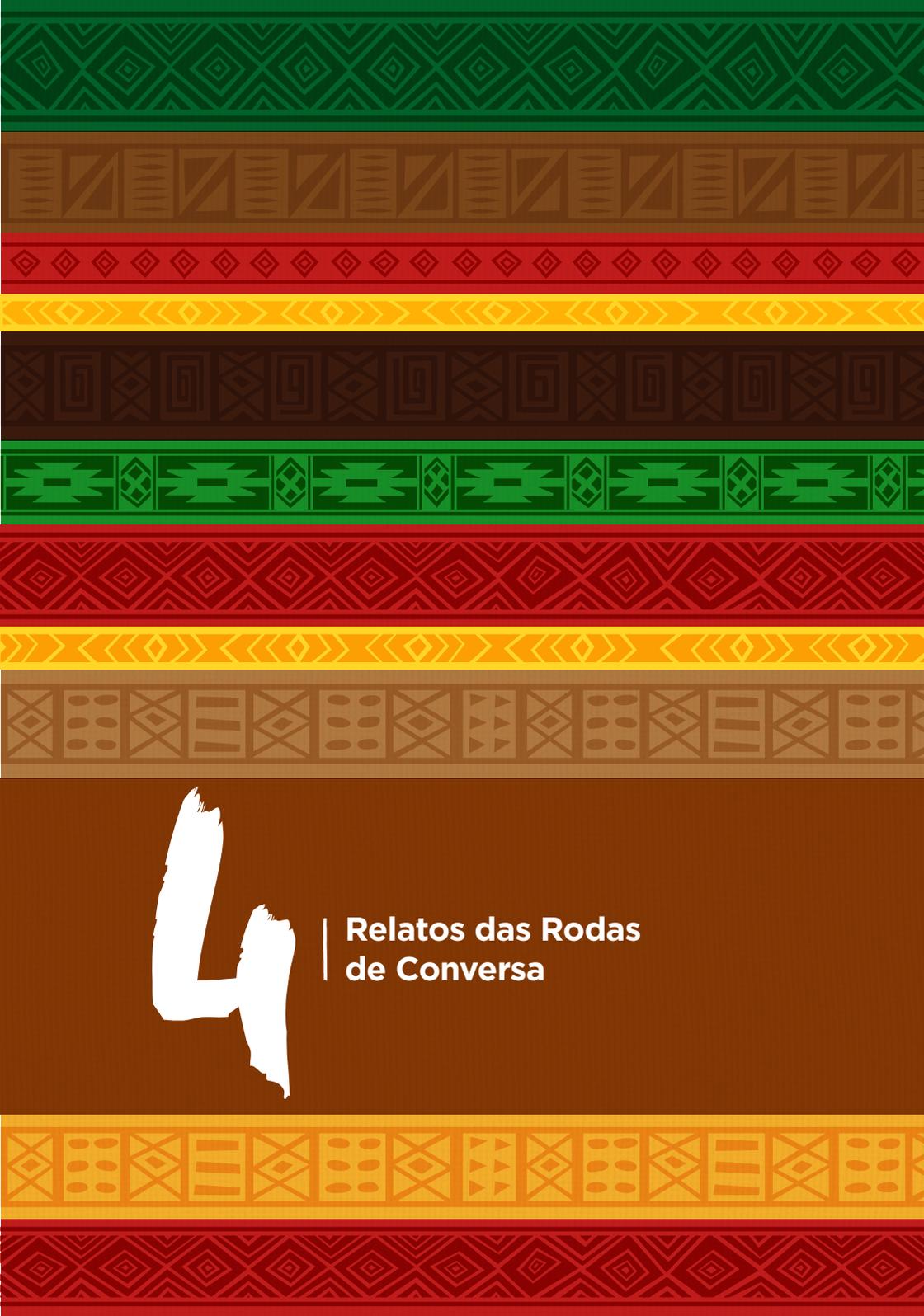
Outros programas do Governo Federal também foram trazidos para a discussão, como os Programas Bolsa Família e Carteira Indígena. Este último foi muito bem avaliado pelas mulheres, já que serviu como mecanismo para fortalecer as organizações indígenas, pois o repasse de recursos era feito diretamente para as comunidades, o que resultou no aprendizado de elaboração de projetos. Por outro lado, o Programa Bolsa Família, ao mesmo tempo em que foi reconhecido como um programa de combate à fome, sofreu críticas. Apesar de considerarem que esse recurso é necessário, as mulheres expressaram suas inquietações pelo fato de gerar certa dependência, pois algumas famílias relegam as atividades econômicas quando recebem o benefício. As



mulheres indígenas manifestaram, ainda, que há descompassos entre as esferas federal, estadual e municipal no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional. Em certas regiões, os municípios oferecem políticas públicas para povos indígenas, porém isso não acontece em outros locais.

Uma contextualização relevante durante o Seminário foi a ênfase na definição de território como um espaço que conecta diversas dimensões, entre as quais a cultura, a produção econômica, a família, a sustentabilidade ambiental e a espiritualidade. Portanto, foi consensual que é fundamental partir desse conceito de território para propor ações de segurança alimentar e nutricional específicas para povos indígenas. A alimentação com qualidade e em quantidade suficiente, de acordo com os valores culturais de cada povo indígena, abrange a sustentabilidade alimentar, uma definição que envolve os diversos aspectos, mencionados antes, ligados à territorialidade.





4

Relatos das Rodas de Conversa

4. RELATOS DAS RODAS DE CONVERSA

Parte do Seminário foi dedicada aos debates em pequenos grupos para rodas de conversa, guiados pelas seguintes questões:

- ◆ O que é alimento e qual é a importância dele para seu povo?
- ◆ Qual é a participação das mulheres na comunidade e na alimentação de seu povo?
- ◆ Como o alimento é obtido? Quais são os problemas para obter o alimento?
- ◆ Houve mudanças no tempo de plantio, colheita, pesca, coleta e caça?
- ◆ Seu povo tem atividades relacionadas com o território e os recursos naturais da sua terra?
- ◆ Houve mudanças na alimentação e qual é a relação com a saúde da criança, das mulheres, dos velhos e da juventude indígena?

- ◆ Como é a alimentação nas escolas das aldeias?
- ◆ Quais são as políticas de governo referentes à alimentação que existem na sua comunidade? O que você ou seu povo recomenda para melhoria dessas políticas?

As participantes se dividiram em três rodas de conversa, com a contribuição de facilitadoras de governo e relatoras indígenas. Dessa atividade, emergiram os seguintes tópicos:

Grupo 1

1. Constatação da impossibilidade de realização da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas na ausência de regularização dos territórios.
2. Preocupação em como se evitar os agrotóxicos e hormônios presentes nos alimentos comprados no comércio e saber sobre sua relação com as doenças.
3. Dificuldade de acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pelos indígenas,



apesar da necessidade imediata de apoio para a produção de alimentos.

4. Mudança nos costumes alimentares dos jovens indígenas com o aumento do consumo de alimentos industrializados, sendo necessário um trabalho de reeducação alimentar com as gerações mais jovens.
5. Dificuldade de produzir alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por conta da complexidade burocrática para acesso ao Programa.
6. Necessidade de inclusão da segurança alimentar e nutricional como conteúdo no currículo das escolas indígenas.
7. Necessidade de fortalecimento das práticas culturais relativas à espiritualidade nas políticas públicas, tendo em vista que, em geral, não se utilizam alimentos industrializados nos rituais indígenas.

- 
8. Preocupação com a redução nas atividades de produção para autoconsumo.
 9. Necessidade de ações de transferência de renda serem associadas a ações de incentivo à produção.
 10. Necessidade de levar a discussão sobre segurança alimentar e nutricional aos territórios, para que as mulheres tenham um conceito próprio de segurança alimentar e nutricional, de acordo com os problemas de cada local e de cada região, e para que as políticas públicas contemplem os princípios do bem viver.
 11. Insuficiência de divulgação de políticas públicas para facilitar o acesso dos povos indígenas.
 12. Necessidade de combate ao preconceito dos não indígenas a respeito da alimentação indígena.
 13. Necessidade das políticas públicas considerarem que os alimentos são também remédios para os povos indígenas.



14. Necessidade de políticas de segurança alimentar e nutricional que sejam executadas intersetorialmente para que sejam efetivas, atendendo às seguintes propostas:

14.1. Elaboração dos projetos dentro das aldeias.

14.2. Necessidade de políticas de etno-desenvolvimento, saberes dicionais e segurança alimentar e nutricional voltadas às mulheres.

14.3. Necessidade de exclusão dos produtos enlatados na alimentação escolar indígena, pois desestimulam os hábitos alimentares locais.

14.4. Programação da entrega de sementes nas aldeias, nos períodos e nas épocas para o plantio, para estimular a produção de roças, tomando o cuidado para que não sejam distribuídas sementes vencidas.



14.5. Ampliação da destinação de técnicos em extensão rural às aldeias para melhorar o plantio e mostrar como lidar com as condições atuais de terra e ambiente.

14.6. Formação de jovens como agentes de desenvolvimento local, trabalhando as dimensões da educação, da autoestima e da inclusão digital, com foco nas crianças que são as mais prejudicadas.

Grupo 2

1. Preocupação com a mudança da alimentação e o surgimento de doenças como diabetes e anemia, pois a alimentação não é mais totalmente produzida na aldeia, como era antigamente.
2. Morte das abelhas que produziam o mel em função dos alimentos transgênicos e da poluição.
3. Necessidade de elaboração de cartilhas sobre alimentação tradicional, pela



Secretaria Especial de Saúde Indígena, para serem distribuídas nas escolas indígenas.

4. Necessidade de recuperação das sementes tradicionais, para que as crianças conheçam a diversidade de comidas do seu povo.
5. Preocupação com o incentivo das escolas à alimentação industrializada e também com o lixo nas aldeias.
6. Necessidades de políticas públicas que estimulem a criação de animais para serem usados na merenda escolar das escolas indígenas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
7. Necessidade de discussão sobre o tema da alimentação nas escolas indígenas.
8. Preocupação com os grandes empreendimentos em territórios indígenas, pois afugentam a caça nas regiões onde estão sendo construídos, prejudicando a segurança alimentar e nutricional dos povos que vivem nesses locais.

- 
9. Necessidade de políticas de estímulo à alimentação tradicional, pois as mudanças na alimentação alteram a identidade dos povos indígenas.
 10. Necessidade de aplicar na saúde indígena o uso medicinal dos alimentos e de aproveitar os conhecimentos dos povos indígenas.
 11. Necessidade de funcionárias para atendimento de mulheres indígenas nas Coordenações Técnicas Locais da Funai.
 12. Recomendação de realização de seminários regionais com as mulheres para troca de experiências e conhecimentos sobre alimentação tradicional.
 13. Necessidade de oferta de assistência técnica para as comunidades indígenas, para que possam produzir sem agredir o meio ambiente.
 14. Necessidade de ampliação do apoio às mulheres indígenas para produção e comercialização dos seus produtos.

- 
15. Dificuldade de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos pelas aldeias, sendo fundamental viabilizar a venda da produção indígena usando esse instrumento.
 16. Necessidade de mobilização entre as comunidades indígenas para trocar sementes tradicionais entre si, a fim de que se perpetuem.
 17. Acesso equilibrado à alimentação tradicional e à industrializada por meio de políticas públicas para apoiar a produção de alimentos nas aldeias.
 18. Necessidade de registro das comidas e formas de preparo tradicionais para as futuras gerações.
 19. Recomendação de que a DAP indígena entre em vigor.

Grupo 3

1. Necessidade de garantia do território aos povos indígenas, pois a perda do território prejudica as práticas rituais, causa a perda de espécies nativas e contribui



para o surgimento de doenças, inclusive doenças mentais.

2. Preocupação com a oferta de produtos industrializados na alimentação escolar, sendo necessário elaborar políticas de valorização dos saberes e tradições da alimentação indígena.
3. Preocupação com as doenças crônicas não transmissíveis, a exemplo da diabetes e problemas cardiovasculares, nas comunidades indígenas, causadas pela alimentação atual.
4. Necessidade de políticas de segurança alimentar e nutricional adequadas para cada região, seus diferentes problemas locais e contextos socioculturais.
5. Necessidade de garantia de profissionais de saúde capacitados para trabalhar em comunidades indígenas.
6. Recomendação de realização de Seminários sobre Segurança Alimentar



nas aldeias e por região, para aprofundar os debates ocorridos neste Seminário.

7. Recomendação de inclusão pela Comissão Nacional de Política Indigenista do tema de segurança alimentar e nutricional na realização da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.
8. Reivindicação de dez vagas na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena para as mulheres indígenas presentes no Seminário.





5

**Carta das Mulheres
Indígenas ao
Estado Brasileiro**

5. CARTA DAS MULHERES INDÍGENAS AO ESTADO BRASILEIRO

A Carta das mulheres indígenas ao Estado brasileiro, que se encontra em anexo, foi o documento elaborado ao longo do Seminário de forma participativa, para ser entregue aos(às) dirigentes dos órgãos de governo que implementam as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. Os tópicos que compuseram o conteúdo da Carta resultaram dos debates em conjunto e dos trabalhos em grupo nas rodas de conversa. Após a apresentação e aprovação, em plenária, da relatoria de cada uma das três rodas de conversa, as reflexões e proposições foram sistematizadas sob a coordenação da equipe do Consea com o apoio das facilitadoras, que fizeram a sistematização juntamente com as relatoras indígenas. A primeira versão da Carta foi apresentada às mulheres indígenas no Seminário, que a corrigiram coletivamente



a partir dos debates gerados durante a apresentação, na presença de representantes do Governo Federal. O documento final representa as principais demandas das mulheres indígenas com respeito às políticas de segurança alimentar e nutricional. O Consea e demais órgãos parceiros divulgaram amplamente o seu conteúdo a fim de mobilizar o governo para atender a essas demandas







**Compromissos do
Governo Federal**



6. COMPROMISSOS DO GOVERNO FEDERAL

Após a elaboração gradual da Carta das Mulheres Indígenas ao Estado Brasileiro, durante o Seminário, a versão aprovada em plenária foi lida por Francisca Paresi, representando as mulheres indígenas presentes, aos(às) dirigentes da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Fundação Nacional do Índio, Secretaria Especial de Saúde Indígena, Secretaria de Políticas para Mulheres, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Os(as) representantes do Governo Federal parabenizaram a Carta das Mulheres ao Estado Brasileiro e destacaram a apresentação de demandas concretas e específicas das mulheres, passíveis de serem implementadas, pois a maioria delas dialoga com as políticas públicas já existentes. Fruto de dois dias de trabalho e muitas trocas, as propostas



espelham a diversidade de situações entre os povos indígenas no Brasil. Esse documento, na perspectiva do governo, poderá facilitar a definição das prioridades na execução das políticas públicas.

O Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Arnaldo Campos, salientou que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome reconhece que o patrimônio da diversidade é uma riqueza fundamental para o Brasil, do ponto de vista cultural, social e ambiental. Ele reconheceu também que o Estado ainda precisa aprender a lidar com essa diversidade. Informou que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome está desenvolvendo uma pesquisa para entender as especificidades das comunidades indígenas em relação ao Programa Bolsa Família. Destacou que há 120.606 famílias indígenas no Cadastro Único das políticas sociais do Governo Federal, das quais 89.983 recebem o benefício do Programa Bolsa Família.



A respeito da distribuição de cestas de alimentos, o Secretário ressaltou que é uma política emergencial, porém, tem discutido junto com a Funai uma maneira de melhorar a composição dessas cestas. Admitiu que a dificuldade de gerenciamento da distribuição de alimentos pode gerar problemas nas comunidades indígenas, sobretudo, no que se refere aos problemas de logística. Por isso, informou que o governo está buscando estratégias na área de inclusão produtiva e que está em processo de elaboração um instrumento para oferecer ações de assistência técnica e crédito não retornável para as comunidades indígenas, chamado de Fomento Coletivo, que é um mecanismo previsto na legislação do Plano Brasil Sem Miséria. Propôs, então, a substituição do Programa Carteira Indígena pelo Fomento Coletivo. Advertiu, ainda, que é um grande desafio qualificar a rede de prestadores de serviços em assistência técnica rural.



Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, afirmou que este pode ser implementado em todas as comunidades indígenas que o requisitarem. Do ponto de vista legal e orçamentário, não há limitações. Contudo, esclareceu que falta ainda capacidade operacional e organizativa dos governos federal e locais e que os instrumentos de repasse de recursos são burocráticos. Informou que apenas 1.600 indígenas vendem seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos, um número ainda muito reduzido. O Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional explicou também que há mecanismos legais para incrementar alimentação escolar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos para abastecer as escolas. Ressaltou, porém, que esse instrumento precisa ser mais bem executado, pois permite abastecer circuitos locais com alimentos que fazem parte dos hábitos alimentares e da cultura indígena. Firmou seu compromisso, com as mulheres indígenas, de estimular e facilitar o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos.



A Secretária de Articulação Interinstitucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para Mulheres, Vera Lúcia Soares, destacou o fortalecimento da organização das mulheres indígenas como o principal eixo de atuação da Secretaria de Políticas para Mulheres e que, embora a Carta não tenha uma questão direcionada especificamente à sua Secretaria, propôs-se a responder ao conjunto do que foi exposto nela. Concordou que o Estado ainda tem uma ação fragmentada e comprometeu seu empenho para fortalecer as ações transversais e para o fortalecimento de políticas integrais coordenadas pela Funai.

Quanto ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a representante da Secretaria de Políticas para Mulheres explicou que há um conjunto de ações específicas direcionadas às mulheres indígenas e que a Secretaria tem o compromisso de organizar uma oficina ou conferência de mulheres indígenas, junto com a Funai, antes da Conferência Nacional de



Políticas para Mulheres, como vem ocorrendo. Ela informou também que o Programa Mulher - Viver sem violência está sendo desenvolvido em unidades móveis e que poderão percorrer as terras indígenas que se integrarem aos “Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência das Mulheres do Campo e da Floresta”.

A presidente da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati, afirmou que a maioria dos pontos constantes na Carta coincide com as pautas que têm sido tratadas com a Comissão Nacional de Política Indigenista e que tem procurado avançar em políticas públicas e articulações intersetoriais. Explicou que a Funai tem atuado em parceria com diversos órgãos, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Secretaria de Políticas para Mulheres e a Secretaria Especial de Saúde Indígena, para desenvolver ações alinhadas entre os órgãos de governo. Além dessas ações concretas, a Funai tem fomentado debates sobre a política indigenista no Brasil, visando



enfrentar o preconceito e a violência praticados contra os povos indígenas na atualidade.

Avaliou que o movimento indígena tem se capacitado, cada vez mais, para ocupar espaços de participação social, como é o caso do Consea, e trazer o seu olhar sobre as políticas públicas no Brasil, o que é fundamental para consolidar um Estado democrático, que possa se aperfeiçoar a partir das ações do governo. Enfatizou que não é possível pensar o desenvolvimento do País sem discutir o desenvolvimento sustentável, que garanta o respeito à biodiversidade e valorize a sociedade pluriétnica. Por fim, a Funai comprometeu-se a incorporar o que está proposto na Carta e respondê-la ponto a ponto. A presidente indicou que, na próxima reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista, serão dadas algumas respostas a essas pautas.

O Secretário Especial de Saúde Indígena, Antonio Alves de Souza, iniciou sua fala explicando que é fundamental que o conjunto



dos órgãos de governo se articule para desenvolver as políticas sociais, pois elas determinam o estado de saúde dos povos indígenas. Disse, também, que é preciso desenvolver políticas públicas que garantam aos povos indígenas a autossustentabilidade, para que possam produzir seus próprios alimentos. Citou o Comitê de Gestão Integrada de Saúde e Segurança Alimentar, criado em 2011, como uma iniciativa governamental importante nesse sentido.

Quanto à questão dos medicamentos, falou que está buscando uma solução para os medicamentos que não estão na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. Esclareceu que os indígenas não conseguem ter acesso ao remédio por conta dessa lista, quando o médico prescreve um medicamento não contemplado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Informou que a demanda relativa ao quadro dos recursos humanos na saúde indígena já está sendo encaminhada e



que a Secretaria Especial de Saúde Indígena pretende aprovar uma diretriz na Conferência Nacional que indique ao governo a necessidade de investimento na formação de indígenas para trabalhar na saúde indígena. Também concordou com o exposto na Carta, de que a Lei nº 8.666/1993 precisa ser alterada, pois essa normativa não permite agilidade para aquisição de insumos para a saúde.

Em seguida, o Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena apresentou o processo de organização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena e se comprometeu a oferecer dez vagas para que as mulheres participantes do Seminário possam contribuir com os debates a partir do conteúdo de segurança alimentar e nutricional. Ele encerrou sua fala dizendo que o principal determinante da saúde indígena é a terra e o território.



Em resumo, os principais compromissos assumidos pelo Governo Federal foram:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

- ◆ Melhorar a composição nutricional das cestas de alimentos.
- ◆ Elaborar um instrumento específico para executar políticas de fomento produtivo nas comunidades indígenas, com assistência técnica e crédito não retornável.
- ◆ Estimular e facilitar o acesso das mulheres indígenas ao Programa de Aquisição de Alimentos.

Secretaria de Políticas para Mulheres:

- ◆ Fortalecer a organização das mulheres indígenas por meio de ações transversais em conjunto com a Funai.
- ◆ Organizar uma oficina de mulheres indígenas antes da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

- ◆ Estimular que as comunidades indígenas participem dos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência das Mulheres do Campo e da Floresta.

Fundação Nacional do Índio:

- ◆ Avançar em articulações intersetoriais para implementar políticas públicas específicas aos povos indígenas.
- ◆ Fomentar debates sobre a política indigenista no Brasil, para enfrentar o preconceito e a violência contra os povos indígenas.
- ◆ Responder a todos os pontos e reivindicações expostos na Carta das Mulheres Indígenas ao Estado Brasileiro ao longo das reuniões da Comissão Nacional de Política Indigenista.

Secretaria Especial de Saúde Indígena:

- ◆ Buscar uma solução para que os indígenas tenham acesso aos medicamentos que não constam na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais do SUS.

- 
- ◆ Aprovar uma diretriz na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, indicando que o Governo Federal deve investir na formação de indígenas para trabalhar na saúde indígena.
 - ◆ Oferecer dez vagas na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena para que as mulheres participantes desse Seminário possam dar seguimento aos debates sobre segurança alimentar e nutricional.







Feira de trocas

7. FEIRA DE TROCAS

Para estimular o intercâmbio entre as mulheres, foi organizado durante o Seminário um momento de trocas de sementes e artesanatos, após os debates do dia 12 de março. A presidente do Consea, Maria Emília Lisboa Pacheco, participou dessa atividade e registrou a troca de saberes que acompanhou nesta parte do evento. Segue o registro feito por Maria Emília desse momento:

Caía uma forte chuva. Em lugar do espaço aberto, rapidamente foi preparada uma sala com mesa no centro. As indígenas iam chegando devagarzinho e em silêncio. Alguma conversa se ouvia na sala. Dirigiam-se à mesa e lá colocavam os alimentos, plantas, sementes e artesanato que trouxeram de suas aldeias.

D. Wanda, pajé da etnia Macuxi de Roraima, andando em volta da mesa e, cantando com o



seu jamanxim¹ às costas repleto de produtos, deu início ao ato da troca. Com um batido dos pés ritmado, acompanhávamos a música que, na sua língua, dizia: “Eu sou a vovó velha jamanxim, coitada de mim, coitada de mim! Eu sou pequena, mas sou forte. Eu carrego peso. E coitada de mim, vovó velha com bunda chata”. Ao colocar na mesa mel, sementes, beiju, ofereceu-me um beiju em forma de coração. Agradei emocionada.

A representante dos Bakairi trouxe algodão, explicando sua importância para tecer redes e seu significado para o casamento.

A indígena Kaxarari, falou dos usos da castanha-do-brasil: casca para diarreia, óleo muito rico e usado para fritar carne; do leite da castanha junto com a massa se prepara cocada. “Muito valiosa! Quem levar (a semente) não vai perder”, dizia a indígena, acrescentando que em sua região é proibido derrubar a árvore.

¹ Cesto de fibras trançadas destinado a carregar produtos, especialmente mandioca. Com uma alça para pendurar na testa, tem o formato arredondado dos lados e reta na parte de contato com as costas.

Colares, sementes da palmeira de tucum,² saboneteira,³ mamão, mamona e também muda de pau-brasil, foram apresentados pelas indígenas Umutina.

As Yawanawá trouxeram do Acre a maniva e algumas variedades de banana como a “banana grande” e a “banana chifre de bode”. Ao apresentar o urucum⁴ disseram: “*Conhecemos pelo menos umas seis variedades, e dele também se faz batom e xampu, além do uso na alimentação*”.

“As mulheres Xavante trabalham muito e já está tudo plantado”, disse a indígena dessa etnia,

² Tucum (*Bactris setosa*), tucunzeiro, ticum ou tecum é uma palmeira que cresce formando touceiras densas. Atinge de 10 a 12 metros de altura. Seus frutos são esféricos, com cerca de 2 centímetros de diâmetro. Quando verdes, contêm pequena polpa e água no interior, como o coco-da-baía. Quando maduros, ficam roxos, adocicados e saborosos, com caroço de casca fina e castanha de polpa branca e comestível. São produzidos em cachos e consumidos ao natural, chupando-se como a jabuticaba.

³ *Sapindus saponaria*. Nomes populares: árvore-do-sabão, fruta-de-sabão, ibaró, jequiri, jequiriti, jequitiguacu, pau-de-sabão, sabão-de-macaco e outros. Os frutos, além de servir de sabão, servem também de repelente de insetos e proteção de grãos, além de algumas propriedades terapêuticas (antinflamatório, calmante, diurético, expectorante). As sementes são usadas para artesanato.

⁴ Urucum (*Bixa orellana*), utilizado tradicionalmente como matéria-prima para tinturas vermelhas, usadas para os mais diversos fins, entre eles, protetor de pele contra o sol e contra picadas de insetos. A tintura de urucum em pó é conhecida como colorau e usada na culinária para realçar a cor dos alimentos.



mostrando o cará, o milho, o amendoim, a cana-de-açúcar. “Tudo que retiramos da natureza, aproveitamos”, continuou, acrescentando a denúncia de trabalho escravo e desmatamento na região onde vive.

Mostrando um colar feito da semente de tiririca (*Cyperus rotundus*), a indígena Guajajara explicou que serve de proteção. Um projeto da Carteira Indígena, no valor de R\$ 48.000,00, há alguns anos, permitiu que construíssem uma Casa de Cultura e adquirissem utensílios como carrinhos de mão. “Trabalhamos com sustentabilidade, só tiramos (a semente) no tempo certo”, disse.

Acompanhando a apresentação dos produtos, até então em silêncio, a indígena Krikati criticou a falta de aviso da Funai, dizendo que “estava com vergonha” porque não levava nada para trocar.



Iniciou-se a troca com muitos comentários e perguntas entre elas. Comemos o delicioso beiju com mel e todas escolheram e levaram algum produto para suas aldeias, anunciando que em um próximo encontro esperam trazer mais sementes e produtos.





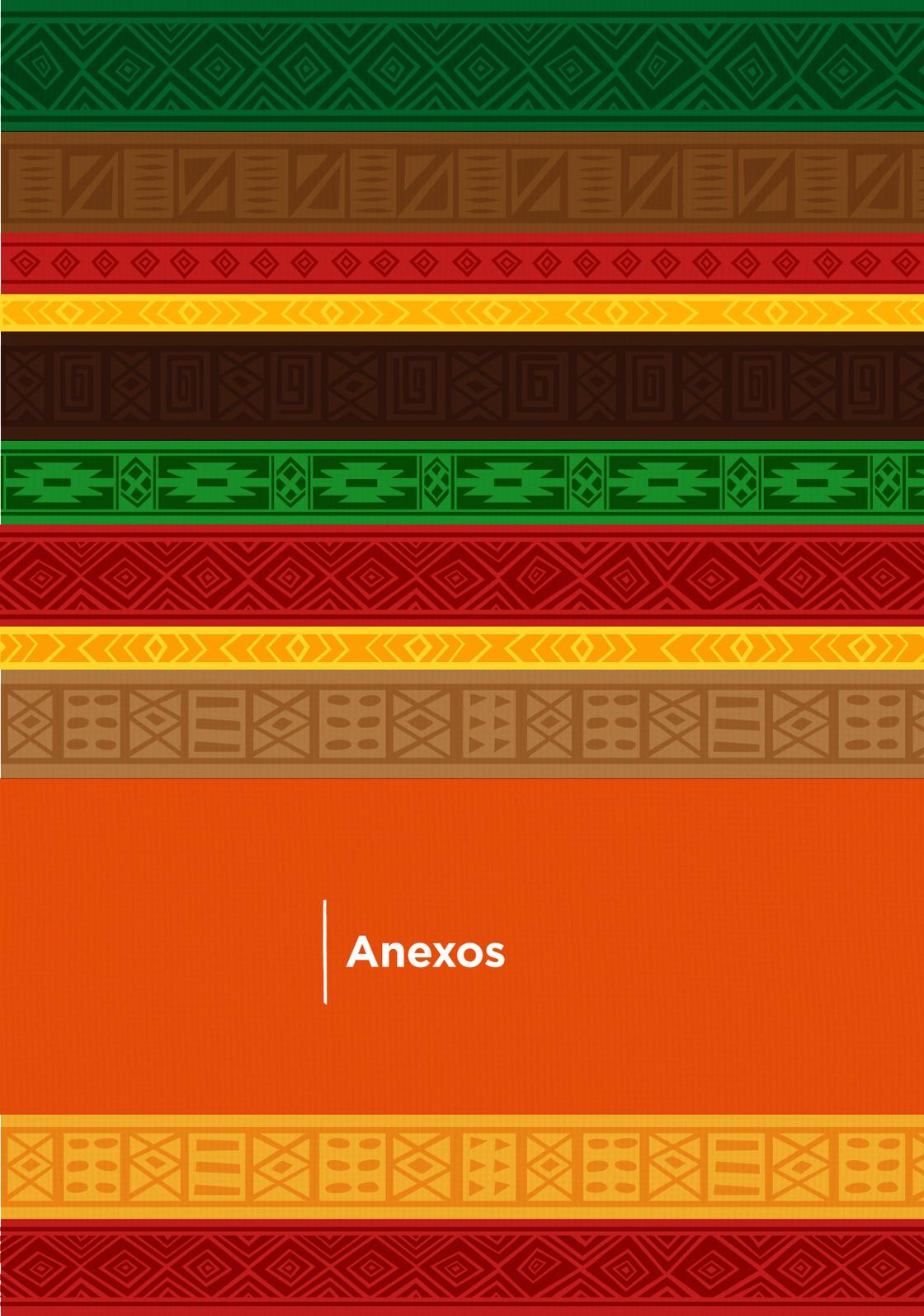
Sala de Informações

8. SALA DE INFORMAÇÕES

Esse espaço foi proposto pela Comissão Organizadora com o intuito de prestar informações às mulheres sobre os diversos programas de governo e políticas públicas, executados pelos órgãos que participaram do Seminário: Sesai, Funai, MDS e SPM. A Sala de Informações funcionou durante todo o evento, ininterruptamente, e foi coordenada pela Ouvidoria da Funai.

Em virtude da ampla participação das mulheres indígenas nas demais atividades, a procura por informações foi restrita, mas a busca de informações sobre o Programa Bolsa Família foi o que mais suscitou interesse nas mulheres atendidas. As mulheres também buscaram informações mais gerais sobre o funcionamento de órgãos de governo, em conversas informais com as representantes da organização do evento que permaneceram na Sala de Informações.





| **Anexos**

ANEXO I

CARTA DAS MULHERES INDÍGENAS AO ESTADO BRASILEIRO

Nós, mulheres indígenas, reunidas em Brasília nos dias 12 e 13 de novembro, no **1º Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional**, representando os povos Apurinã, Ava-Guarani, Bakairi, Bororo, Cumaruara, Fulni-ô, Guajarara, Guarani-Ñandeva, Guarani-Mbya, Guarani-Kaiowa, Jenipapo-Kanindé, Kaingang, Karipuna, Kariri-Xocó, Kaxarari, Kaxuyana, Kraho, Krikatii, Kamayurá, Macuxi, Pankará, Pankararu, Paresi, Pataxó, Pitaguary, Potiguara, Rikbatsa, Tapeba, Tapuia, Terena, Timbira, Tukano, Tupinambá, Tupiniquim, Umutina, Xavante, Xerente, Xukuru-Kariri, Yawalapiti, Yawanawá, falantes de 16 línguas diferentes, dialogamos e debatemos sobre nossas expectativas e necessidades a respeito das ações e políticas de segurança alimentar e nutricional para os povos indígenas.



Nessa primeira reunião das mulheres indígenas sobre esse tema, compartilhamos nossos saberes sobre as práticas alimentares, nossas estratégias atuais para lidar com as mudanças na alimentação, as ameaças que sofremos em relação aos nossos direitos originários, nossa cultura e nosso território, e nossas perspectivas sobre a forma com que o governo poderia melhor atuar nessa área. Pedimos ao governo que nos explique por que não estão sendo cumpridos os dispositivos constitucionais que garantem os direitos dos povos indígenas.

A mulher indígena possui papel fundamental dentro do território, seja como educadora, como multiplicadora do saber milenar ou como mediadora dos conflitos de um povo, sobretudo as mulheres mais velhas. Somos nós que preservamos a medicina e a agricultura tradicionais. E também as que mais guardam, testam e multiplicam as sementes tradicionais. Diante disso, é fundamental desenvolver políticas que preservem e estimulem os saberes



milenares, voltadas para o etnodesenvolvimento, e que fortaleçam a liderança das mulheres. Segurança alimentar é um conjunto interligado, por isso devemos discutir todos os pontos: território, saúde, educação, hábitos alimentares e a qualidade dos alimentos. É uma responsabilidade institucional e também uma responsabilidade social.

No passado, os vários biomas (Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Floresta Amazônica) e o roçado eram o nosso supermercado e a nossa farmácia. A alimentação dos povos indígenas era mais saudável, pois a maior parte dos nossos alimentos era coletada no próprio território, sem agrotóxicos. As mulheres mais velhas guardavam as sementes tradicionais e não se usavam sementes transgênicas. Não se utilizava o açúcar para adoçar o café e nem o sal para temperar a comida, pois se usavam temperos naturais. Não se comiam alimentos industrializados. Nos territórios, havia grande variedade de sementes, frutos, raízes, caças e peixes.



Com o crescente contato com a população não indígena, os hábitos alimentares mudaram, não alimentam o corpo e deixaram de alimentar o espírito. Por isso, apareceram doenças desconhecidas pela medicina tradicional, tais como obesidade, diabetes, hipertensão, colesterol alto, câncer, alcoolismo e até enfermidades psíquicas e dependência química. Os povos indígenas passaram a usar remédios feitos em laboratório, mas estes remédios provocaram outras enfermidades. Mas, nos nossos rituais, não comemos alimentos industrializados. Os alimentos que consideramos adequados previnem as doenças, promovem a saúde do corpo e da alma.

Entendemos que essas transformações foram causadas principalmente pela influência do capitalismo, que provocou a redução dos territórios para atender aos interesses dos grandes empreendimentos e do agronegócio. Interferiu na prática das trocas, introduzindo o uso de moeda para o comércio da alimentação.



Com a incorporação da moeda no cotidiano e a perda do território, alguns povos indígenas migraram para as cidades em busca de trabalho. Alguns jovens indígenas, ao chegarem às cidades, enfrentaram a discriminação de tal forma a negar a sua própria identidade, chegando inclusive a cometer suicídio. Aqueles que voltaram para as suas aldeias não queriam mais se pintar, participar dos rituais e comer as comidas indígenas. Além desses fatores, as missões religiosas também contribuíram para o enfraquecimento da identidade cultural de alguns povos indígenas.

Sabemos que o Brasil teve uma grande vitória no enfrentamento da mortalidade infantil, que é também um indicador da segurança alimentar e nutricional. Em 2012, a taxa de mortalidade de crianças brasileiras com menos de cinco anos de idade caiu para menos de um terço da taxa registrada na década de 1990. Mas a taxa de mortalidade das crianças indígenas se mantém cerca de três vezes maior do que a



da população em geral. O 1º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, realizado em 2008, indica que as condições de nutrição e saúde entre os povos indígenas são piores do que as da população brasileira. E que a desnutrição crônica é um problema de grande magnitude entre as crianças indígenas. Além disso, aumenta a obesidade. Entre as mulheres indígenas observa-se que 46,1% delas apresentam excesso de peso (sobrepeso e obesidade).

Percebemos que houve avanços, na medida em que as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional passaram a incluir também as famílias indígenas. Mas a questão é que essas políticas ainda sofrem grande fragmentação e muitos programas e ações não chegam a ser desenvolvidos por dificuldades operacionais no que diz respeito ao repasse de recursos públicos para as comunidades indígenas.



Os programas de assistência técnica rural não reconhecem o protagonismo da mulher no manejo e no cuidado com as sementes nas aldeias, restringindo a autonomia no cultivo das sementes tradicionais.

Alguns programas públicos que visam garantir a segurança alimentar e nutricional das populações indígenas, a exemplo das cestas de alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao incluir alimentos industrializados na dieta das comunidades atendidas, afetam as práticas tradicionais de sustentabilidade alimentar. A distribuição de alimentos pelo governo também provoca, às vezes, muitos conflitos internos e constrangimentos para as pessoas responsáveis por essa ação nas comunidades indígenas. A descontinuidade de algumas ações, como, por exemplo, o Programa Carteira Indígena, ameaça a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.



As ações baseadas na oferta de alimentos industrializados e a redução dos territórios indígenas desestimulam as práticas tradicionais de produção de alimentos e tornam as comunidades dependentes da compra de alimentos.

Nós, mulheres, reafirmamos que é essencial elaborar políticas específicas que contemplem os princípios do bem viver. As políticas de segurança alimentar e nutricional precisam estar articuladas à política indigenista e envolver áreas como saúde, educação e etnodesenvolvimento. Queremos políticas públicas específicas para os povos indígenas e que sejam políticas do Estado brasileiro. Entendemos, ainda, que é fundamental divulgar e facilitar o acesso dos povos indígenas às políticas públicas.



Portanto, reunidas, apresentamos as seguintes propostas:

1. TERRA/TERRITÓRIO

- a) A imediata demarcação e homologação das terras indígenas em processo de regularização, bem como extrusão de não indígenas das terras indígenas. A segurança alimentar e nutricional está diretamente relacionada com a posse plena do território suficiente para cultivo, pesca, coleta, produção de alimentos e reprodução física e cultural.
- b) A garantia da proteção e gestão ambiental em terras indígenas. Nos territórios indígenas onde há preservação do ecossistema, garantir sua preservação como fonte de recursos alimentares, medicinais e para artesanato. Nas áreas degradadas, desenvolver ações para reflorestamento e manejo ambiental, como também garantir uma compensação por danos ambientais



e culturais, em razão da exploração e devastação da terra.

- c) O cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual 2012-2015 e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para a regularização das terras indígenas. As metas do PPA para o período são 56 terras indígenas delimitadas pela Funai, 45 terras indígenas declaradas pelo Ministério da Justiça e 40 terras indígenas homologadas pela Presidência da República. Até novembro de 2013 atingimos apenas 36% da meta de delimitações, 11% de declarações e 20% de homologações.

2. FUNAI

- a) Fortalecer a Funai, garantindo orçamento e um número suficiente de técnicos capacitados, nas várias profissões, para atender a todos os povos indígenas em seus territórios.
- b) Garantir concursos com cotas para profissionais indígenas da própria região.

- c) Garantir 20% de cotas para mulheres indígenas nas Coordenações Regionais.
- d) Articulação da Funai com a Advocacia Geral da União e Defensoria Pública, nas Coordenações Regionais, para aprimorar o acesso dos povos indígenas à Justiça. A Funai deve capacitar os agentes de órgãos oficiais para trabalhar com a questão indígena.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

- a) A garantia do mercado institucional, para que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) inclua alimentos de uso cultural, consultando associações de pais e mestres. Todos os produtos devem ser comprados no município. E, também, que as comunidades indígenas possam comercializar mais facilmente seus produtos via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), considerando as especificidades dos povos indígenas e da região em que vivem.

- 
- b) A garantia de acesso ao crédito, de acordo com as especificidades dos povos indígenas.
 - c) Queremos a efetivação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar Indígena (DAP-I), com a responsabilização do órgão competente, e a formação de técnicos agrícolas indígenas.
 - d) Garantir a manutenção e o acesso às sementes tradicionais para possibilitar o cultivo das variedades tradicionais de alimentos nas terras indígenas.
 - e) Além disso, diante das mudanças ambientais por que passaram os territórios indígenas em algumas regiões do Brasil, é essencial que as políticas públicas proporcionem assistência técnica especializada para criar novas técnicas agrícolas.
 - f) Queremos a criação de políticas públicas nos moldes do Programa Carteira



Indígena e dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), que fortalecem as organizações indígenas, diversificam a produção, dão visibilidade ao trabalho das mulheres e permitem que haja o repasse direto de recursos para as comunidades indígenas.

- g) Assegurar, nos Ministérios, recursos para ações e programas para mulheres indígenas.
- h) Em relação ao Programa Bolsa Família, o impacto é diferente nas várias regiões e entre os diferentes povos indígenas, por isso recomendamos que os povos sejam consultados sobre a melhor forma de gestão e execução desse Programa em seus territórios.

4. CULTURA ALIMENTAR

- a) Desenvolver ações efetivas e articuladas do governo para promoção à saúde, como a educação alimentar e nutricional, com a valorização das práticas alimentares e



culinária indígena. Não queremos comer alimentos com agrotóxicos ou transgênicos.

- b) Registrar e divulgar as práticas alimentares e a culinária indígena, através de meios de comunicação audiovisual e escrita.
- c) Garantir que a alimentação escolar atenda às especificidades culturais e alimentares dos povos indígenas e que se aproveitem os produtos de quem planta na comunidade.
- d) Desenvolver ações para valorização da autoestima dos jovens indígenas e reafirmação da cultura, visando à valorização da alimentação tradicional.

5. SAÚDE

- a) Facilitar o acesso aos medicamentos e serviços da rede de saúde, sem burocracia, respeitando as especificidades e necessidades dos povos indígenas.
- b) Garantir que os profissionais contratados no próximo concurso público da



Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) sejam preparados para trabalhar nas comunidades indígenas.

- c) Revisar a Lei nº 8.666/1993 para desburocratizar as compras de medicamentos, equipamentos, serviços e outros, para a saúde indígena. Garantir a autonomia gestora nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

6. CONSULTA PRÉVIA

- a) Garantir que o procedimento de consulta prévia informada aos povos indígenas, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, seja efetivo e possa ser interpretado de maneira ampla. A consulta deve ocorrer em todas as ações públicas que afetem os direitos dos povos indígenas.

7. AMEAÇAS NO MARCO LEGAL

- a) Requeremos a atuação do Congresso Nacional em defesa dos direitos dos povos indígenas. Queremos:

- 
- ◆ A retirada das Propostas de Emendas Constitucionais 038/1999 (esta PEC dá ao Senado Federal a competência privativa para aprovar processos de demarcação de terras indígenas e determina que essas áreas não poderão ultrapassar 30% da superfície da respectiva Unidade da Federação); PEC 215/2000 (estabelece a competência exclusiva ao Congresso Nacional para aprovar a demarcação de terras indígenas e ratificar demarcações já homologadas); PEC 237/2013 (possibilita a posse indireta de terras indígenas a produtores rurais, na forma de concessão).
 - ◆ A revogação da Portaria nº 303 da AGU.
 - ◆ A revogação de Projetos de Lei que ameaçam os direitos dos povos indígenas: PL nº 1.610/1996 (dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas) e PL nº 227/2012 (define os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de terras indígenas).

- ◆ A aprovação do PL nº 3.571/2008 (cria o Conselho Nacional de Política Indigenista); do PL nº 7.447/2010 (garante a implementação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040/2007); e, do Estatuto dos Povos Indígenas, conforme pactuado na Comissão Nacional de Política Indigenista, em trâmite no Congresso Nacional).

Por fim, com a proposta de garantir maior participação social, demandamos a realização de Seminários sobre Segurança Alimentar e Nutricional nas aldeias e por região, para dar continuidade e aprofundar o debate. Pedimos ao Secretário Especial de Saúde Indígena (Sesai) que assegure e custeie vagas na Conferência Nacional de Saúde, para todas as mulheres indígenas que participaram do 1º Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional, ainda que como convidadas, considerando as discussões e as propostas do presente Seminário. Afirmamos a importância



da participação das mulheres indígenas nos processos de conferências de saúde.

E, também, como proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), requeremos a realização da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, articulada com o conteúdo das políticas de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas.

Brasília, 13 de novembro de 2013.

ANEXO II

Brasília, 23 de julho de 2010.

EM Nº 008-2010/**Consea**

Excelentíssimo Senhor
Presidente da República,

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), reunido em plenária no dia 1º de julho de 2010, com a participação de representantes da Fundação Nacional de Saúde Indígena (Funasa), da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) na composição de sua Mesa, discutiu e fez proposições relativas aos resultados do 1º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas e às políticas de segurança alimentar e nutricional destinadas a esses povos.

I - CONSIDERAÇÕES:

De acordo com a Fundação Nacional do Índio, existem cerca de 460.000 indígenas vivendo em aldeias e 190.000 em outras áreas do Brasil, segundo o critério da autoidentificação étnica. Durante décadas, as políticas públicas destinadas aos povos indígenas foram orientadas por concepções equivocadas de integração com a sociedade brasileira que, na verdade, colocavam em risco a continuidade de sua identidade cultural.

Ademais, persistiram no aparelho estatal, durante muitos anos visões preconceituosas que não reconheciam a diversidade e as especificidades de cada etnia no território nacional, tornando as ações governamentais ineficazes e inadequadas às reais necessidades dos povos indígenas.

Contudo, os povos indígenas alcançaram a legitimação e o reconhecimento de sua diversidade com a promulgação da Constituição



Federal de 1988. A partir daí, houve um esforço no sentido de regulamentar todos os direitos prescritos na Constituição, mas ainda persistem incoerências na execução de políticas públicas tais como a inadequação da legislação de repasse de recursos públicos e a fragmentação de algumas ações e programas governamentais.

Sabe-se, também, que a morosidade para a demarcação total das terras indígenas tem impactado negativamente a realização do direito humano à alimentação adequada dos povos indígenas, desrespeitando a vinculação direta entre o acesso à terra, a produção de alimentos e, conseqüentemente, a preservação de seus hábitos alimentares.

A insuficiência das ações governamentais para promover o etnodesenvolvimento dos povos indígenas pode ser demonstrada por meio dos resultados alarmantes contidos no 1º Inquérito Nacional de Saúde dos Povos Indígenas, realizado pela Fundação Nacional de Saúde Indígena



(Funasa) e executado pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde (Abrasco), cujo objetivo foi de descrever a situação alimentar e nutricional e seus fatores determinantes em crianças indígenas menores de cinco anos e em mulheres indígenas de 14 a 49 anos no Brasil.

De acordo com o Inquérito, 32,7% das mulheres indígenas não grávidas apresentam anemia, com destaque para a região Norte, que possui o percentual de 46,9% das mulheres indígenas não grávidas com prevalência de anemia. Por outro lado, os dados apontam para um alto índice de obesidade, visto que 15,7% das mulheres indígenas com idade entre 14 e 49 anos apresentam esse quadro. Percebe-se, então, que a transição nutricional também atingiu a população feminina indígena, não sendo mais a fome e a desnutrição os únicos males a serem superados.

O percentual nacional de crianças indígenas com prevalência de anemia entre seis e 59 meses de idade é de 51,3%, tendo a região



Norte alcançado 66%. Acrescenta-se a esse dado o percentual de 69,3% de entrevistados que relataram ocorrer falta de alimento em algum momento do ano, não havendo assim regularidade no acesso aos alimentos.

Os resultados acima evidenciam a necessidade de ações de curto, médio e longo prazo a fim de reverter esse quadro de insegurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, o próprio Inquérito fornece elementos para a definição de estratégias para a promoção da soberania alimentar e do etnodesenvolvimento dessas populações.

Nesse contexto, uma dimensão importante é o acesso à renda. O Inquérito revela que 36,8% dos domicílios indígenas obtém sua renda por meio da venda de produtos da agricultura e da pecuária, destacando-se novamente a região Norte com 58,1%. Esses dados corroboram a necessidade de direcionar e adequar aos povos indígenas os programas de compras governamentais



de alimentos, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Outra dimensão fundamental para a garantia da segurança alimentar e nutricional é a fonte de obtenção dos alimentos consumidos. De acordo com a pesquisa, 83,2% dos domicílios indígenas mantêm a tradição do cultivo ou da criação domiciliar como fontes de alimento. A partir dessa constatação, as ações governamentais devem fomentar a produção de alimentos para consumo para preservar os hábitos alimentares tradicionais.

Além das ações citadas, são necessárias medidas intersetoriais e que garantam a participação das comunidades indígenas em sua formulação e execução, podendo-se destacar a Carteira Indígena, ação do Governo Federal, que apoia e fomenta as práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, a gestão ambiental e o uso sustentável da biodiversidade das terras



indígenas, com respeito às identidades culturais indígenas, estímulo ao resgate, à valorização, à manutenção e revitalização de seus conhecimentos tradicionais e ao fortalecimento de sua autonomia.

Diante dessas considerações, o Consea apresenta as propostas que se seguem.

II – PROPOSTAS:

1. Realizar o Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas com periodicidade de 5 (cinco) anos.
2. Tornar público, urgentemente, o relatório e o banco de dados do Inquérito ao governo e à sociedade civil para subsidiar o planejamento das políticas públicas.
3. Promover debate institucional sobre os dados do Inquérito, envolvendo governo e sociedade civil por meio de oficinas de trabalhos regionais e uma nacional para análise mais aprofundada dos dados.

- 
4. Publicar os dados do Inquérito em linguagem que seja acessível e compreensível para as comunidades indígenas.
 5. Considerar as especificidades de cada povo e de cada aldeia na análise e na utilização dos dados, sabendo-se que o recorte do Inquérito é regional.
 6. Elaborar o Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015, tendo por base os dados do Inquérito.
 7. Realizar urgentemente ações do Governo Federal, articuladas e intersetoriais, para o enfrentamento das situações apontadas pelo Inquérito.
 8. Mapear e identificar as áreas e territórios indígenas com populações em situação de insegurança alimentar e nutricional grave, visando à focalização e à priorização dessas áreas.
 9. Incluir a Funai como membro da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), considerando a



transversalidade e a interinstitucionalidade da temática de segurança alimentar e nutricional e o papel de coordenação das políticas de segurança alimentar e nutricional da Caisan no Governo Federal.

10. Implementar imediatamente a Secretaria de Saúde Indígena.
11. Garantir a implementação de ações de saúde e segurança alimentar e nutricional para as mulheres indígenas.
12. Fortalecer o Sistema de Vigilância Nutricional dos Povos Indígenas (Sisvan Indígena) para acompanhamento da situação nutricional, considerando os resultados do Inquérito.
13. Garantir a promoção do etnodesenvolvimento entre os povos indígenas.
14. Fortalecer a alimentação tradicional e resgate das sementes tradicionais.
15. Fortalecer as ações de assistência técnica e extensão rural.

- 
16. Garantir o acesso dos povos indígenas ao Programa de Aquisição de Alimentos, excluindo-se a exigência da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
 17. Criar uma ação específica para povos indígenas no orçamento destinado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no âmbito do PPA 2012-2015, de acordo com a reivindicação de manutenção e fortalecimento das ações para os povos indígenas no PPA, contida na Moção nº 016/2007 apresentada na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
 18. Ampliar e consolidar, na forma de políticas públicas de Estado, as ações e programas específicos para a promoção do etnodesenvolvimento dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais, substituindo as ações demonstrativas, realizadas no



âmbito dos projetos de cooperação internacional, por outras formas de acesso aos recursos públicos que considerem as especificidades dos povos indígenas, conforme proposto na Exposição de Motivos n] 10/2009 sobre Etnodesenvolvimento.

19. Que a Funai estabeleça os procedimentos incluídos necessários à identificação, delimitação territorial e regularização das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas do Nordeste brasileiro, visto não haver possibilidade de promover a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas sem garantir o acesso e usufruto a suas terras tradicionais.
20. Ampliar, na Lei de Orçamento Anual referente ao exercício de 2011, os recursos destinados aos povos indígenas, com destaque para a Carteira Indígena, visando reverter os resultados negativos demonstrados pelos dados do Inquérito.

- 
21. Institucionalizar a Carteira Indígena e formalizar as suas parcerias e articulações, visando à sua continuidade no aparelho estatal.

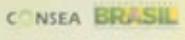
Ao apresentar este conjunto de proposições, considero que o Consea cumpre seu papel de pronunciar-se sobre questões prioritárias na perspectiva da consolidação da soberania e da segurança alimentar e nutricional e da promoção do direito humano à alimentação adequada dos povos indígenas.

Respeitosamente,

Renato S. Maluf
Presidente do CONSEA



Segurança Alimentar e Nutricional é uma Política de Estado



Governo e Sociedade
Construindo um País
Segurança Alimentar





Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

